



Sindicato Único dos Trabalhadores
Em Educação de Minas Gerais
- *Subsede de Contagem.*



SIND SAÚDE

Filiado à CSP - *Condutas*

Contagem



ILAESE

Análise de impacto de reajuste em relação à LRF

Elaborado pelo Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos sob coordenação de
Gustavo Henrique Lopes Machado.

Análise de impacto de reajuste em relação à LRF

Situação nos anos anteriores a 2017

Como podemos ver na tabela abaixo, os gastos totais em educação, bem como os gastos com salários dos professores cresceram em torno de 2% em 2016, enquanto a receita e os repasses do FUNDEB cresceram em torno de 10%. Isso sob uma inflação de 6,58%.

	2015	2016	Crescimento
Receita Total	1.429.496.250,34	1.571.725.183,42	9,95%
Receita corrente líquida	1.258.344.668,28	1.329.523.069,31	5,06%
Transferência bruta do FUNDEB	160.204.999,28	176.433.850,97	10,13%
Gastos totais em Educação	309.551.352,95	315.566.406,09	1,9%
Gasto com os profissionais do magistério	150.601.739,46	154.2894.61,01	2,4%
Inflação (INPC)			6,58%

A situação é ainda mais crítica se analisarmos o período de 2014 a 2016. Nesse caso os gastos totais com educação e os salários dos professores ficaram praticamente estagnados, sob uma inflação de quase 20% e uma receita corrente líquida com crescimento de cerca de 12%

	2014	2016	Crescimento
Receita corrente líquida	1.187.652.590,97	1.329.523.069,31	11,9%
Gastos totais em Educação	314.742.667,16	315.566.406,09	0,2%
Gasto com os profissionais do magistério	153.609.756,5	154.2894.61,01	0,4%
Inflação (INPC)			18,60%

A tendência de crescimento nas receitas persistem na Prefeitura de Contagem no primeiro trimestre de 2017, esse crescimento foi de 6,3%.

	Receita: 1º Trimestre 2016 (em mil reais)	Receita: 1º Trimestre 2017 (em mil reais)	Crescimento
Receitas	306.196	325.657	6,3%

Como vimos, o espaço para reajuste salarial dos servidores públicos foi de 84 milhões de reais considerando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e de 48 milhões considerando o Limite Prudencial. Considerando um aumento de 5% na Receita Corrente Líquida em 2017 (aumento que supomos inferior ao dos anos anteriores), esse espaço passa para **120 milhões de reais considerando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e 82 milhões em relação ao Limite Prudencial (51,3%)**.

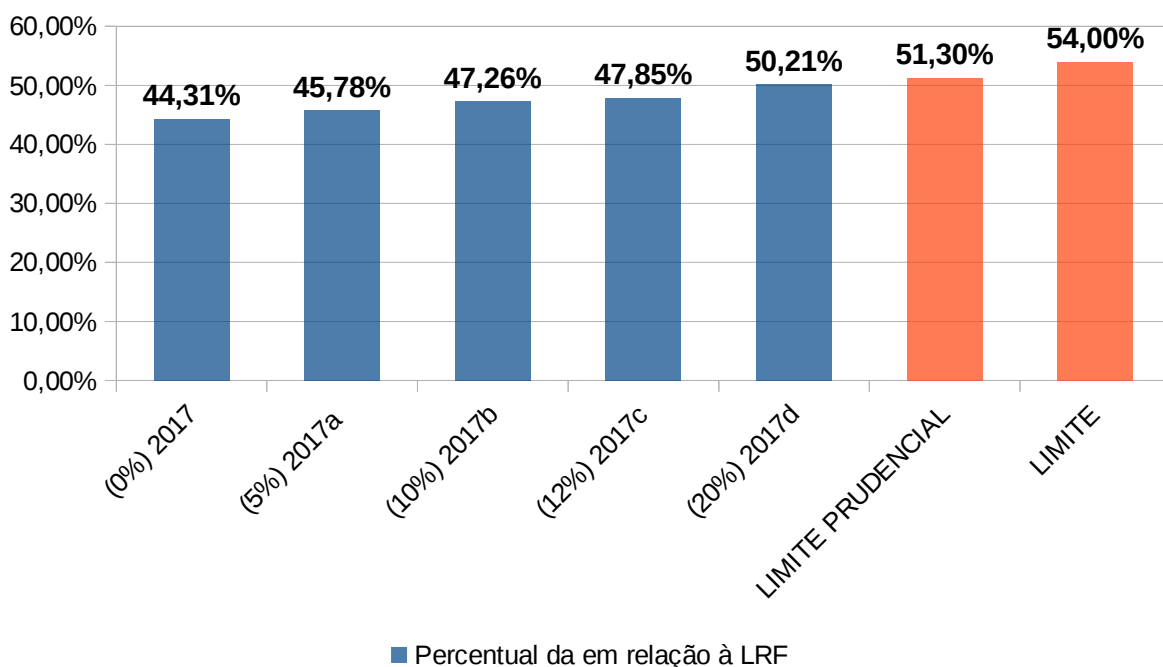
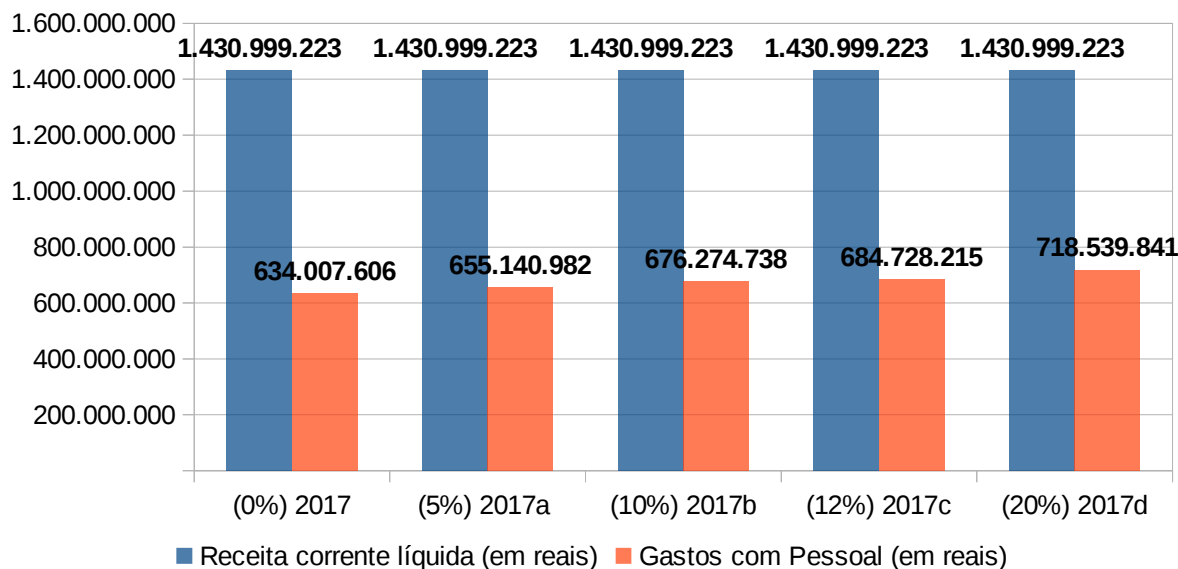
Análise de impactos do reajuste em relação à LRF em 2017

Previsão (conservadora) de Receita Corrente Líquida em 2017

Critérios: 5% de crescimento (inferior aos anos anteriores e inferior ao primeiro trimestre de 2017) e incremento da arrecadação do IPTU (35 milhões, ou seja, 10 milhões a menos que o previsto pela prefeitura): **R\$ 1.430.999.223**

Tendo em vista essa previsão conservadora de Receita, estimamos abaixo os valores absolutos e relativos para o conjunto dos servidores públicos em termos no caso de aumentos de 5% (cenário a), 10% (cenário b), 12% (cenário c) e 20% (cenário d). Essa previsão parte do pressuposto de que as carreiras não influenciam significativamente o aumento absoluto dos gastos com pessoal, como demonstra os gastos como pessoal, no geral, e com professores, praticamente estagnados há 3 anos, quando não houve reajustes. Levamos em conta, também, nessas estimativas, um reajuste feito a partir de maio de 2017. Ou seja, como impacto em 2/3 do período. Isto é válido também para o décimo terceiro salário, já que seu valor não seria incrementado no que se refere aos quatro primeiros meses do ano.

Cenários de impactos do gasto com pessoal em relação a RCL



Como podemos ver, baseado nos dados disponibilizados pela prefeitura, bem como as tendências que esses indicam, não há qualquer apoio maior para a tese de que um reajuste até o patamar de 20% comprometa as finanças da prefeitura em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal.